



**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	02
BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO)	05
BALANÇO PATRIMONIAL (PASSIVO)	06
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	07
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	08
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	09
NOTAS EXPLICATIVAS	10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e Cooperados da

Unimed Regional da Baixa Mogiana - Cooperativa de Trabalho Médico

Opinião

*Examinamos as demonstrações contábeis da **Unimed Regional da Baixa Mogiana - Cooperativa de Trabalho Médico**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.*

*Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Unimed Regional da Baixa Mogiana - Cooperativa de Trabalho Médico** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS.*

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Unimed Regional da Baixa Mogiana de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Unimed Regional da Baixa Mogiana é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- *Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.*
- *Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.*

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram também por nós examinadas, sobre as quais emitimos relatório sem ressalvas em 03 de fevereiro de 2017.

São Paulo, 26 de janeiro de 2018.

Ápice Auditores Independentes S/S
CRC 2SP020.790/0-4



Paulo Rogério de Azevedo
Contador - CRC1SP 192.653/0-5

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Reais)

ATIVO

		2017	2016
ATIVO CIRCULANTE		84.139.730	72.539.474
	N.E.		
Disponível	5	10.938.931	4.395.142
Realizável		73.200.799	68.144.332
<u>Aplicações Financeiras</u>	6	<u>53.351.763</u>	<u>47.621.066</u>
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		24.230.467	21.799.731
Aplicações Livres		29.121.296	25.821.335
<u>Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</u>	7	<u>9.370.215</u>	<u>8.779.057</u>
Contraprestações Pecuniárias a Receber		8.928.360	8.372.323
Participações dos Beneficiários		420.824	401.476
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		21.031	5.258
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relac. c/Planos de Saúde da OPS	8	8.494.531	8.671.227
Créditos Tributários e Previdenciários		286.230	283.545
Bens e Títulos a Receber	9	1.566.362	2.658.434
Despesas Antecipadas		131.697	131.003
ATIVO NÃO CIRCULANTE		23.583.000	18.255.011
Realizável a Longo Prazo		13.688.989	10.145.764
Aplicações Livres		275.800	275.800
Depósitos Judiciais e Fiscais	10	13.413.189	9.869.964
Investimentos	11	4.228.483	3.512.689
Outros Investimentos		4.228.483	3.512.689
Imobilizado	12	5.591.175	4.551.726
<u>Imóveis de Uso Próprio</u>		<u>3.478.059</u>	<u>3.627.296</u>
Imóveis - Não Hospitalares		3.478.059	3.627.296
<u>Imobilizado de Uso Próprio</u>		<u>766.962</u>	<u>761.663</u>
Hospitalares		80.296	91.986
Não Hospitalares		686.666	669.677
Imobilizações em curso		1.224.503	34.145
Outras Imobilizações		121.650	128.622
Intangível	13	74.353	44.832
TOTAL DO ATIVO		107.722.730	90.794.485

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Reais)

PASSIVO

2017

2016

PASSIVO CIRCULANTE		35.376.853	31.477.850
	N.E.		
<u>Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde</u>	14	<u>21.516.982</u>	<u>21.696.045</u>
Provisão para Remissão		117.295	69.606
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		1.831.633	1.942.698
Provisão de Eventos a Liquidar p/Outros Prest. Servs. Assistenciais		13.187.360	13.191.084
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados		6.380.694	6.492.657
<u>Débitos de Operações de Assistência à Saúde</u>		<u>449.091</u>	<u>368.251</u>
Receita Antecipada de Contraprestações		103.997	88.227
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		345.094	280.024
Débitos com Operações de Assist. à Saúde Não Rel.c/Pl.Saúde da OPS	15	5.804.730	5.227.218
<u>Provisões</u>		<u>2.089.067</u>	-
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	16	2.089.067	-
Provisões para Ações Judiciais		-	70.000
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	17	3.235.577	2.560.422
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		1.650	-
Débitos Diversos	18	2.115.689	1.461.442
Conta Corrente de Cooperados		164.068	94.472
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		22.345.827	16.495.332
<u>Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde</u>			
Provisão para Remissão	14	221.066	71.081
<u>Provisões</u>		<u>17.059.091</u>	<u>16.379.468</u>
Provisões para Tributos Diferidos		109.688	116.777
Provisões para Ações Judiciais	19	16.949.403	16.262.691
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	17	5.020.887	-
Débitos Diversos		44.783	44.783
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		50.000.050	42.821.306
Capital Social	21	6.128.513	2.761.757
<u>Reservas</u>	22	<u>38.144.223</u>	<u>37.138.137</u>
Reservas de Reavaliação		918.915	943.404
Reservas de Sobras		37.225.308	36.194.733
<u>Resultado</u>			
Sobras Apuradas	23	5.727.314	2.921.412
TOTAL DO PASSIVO		107.722.730	90.794.485

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Reais)

	2 0 1 7	2 0 1 6
Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde	<u>210.267.139</u>	<u>193.514.457</u>
<u>Receitas com Operações de Assistência à Saúde</u>	<u>212.629.666</u>	<u>195.325.822</u>
Contraprestações Líquidas	212.827.339	195.249.603
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(197.674)	76.218
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(2.362.527)	(1.811.365)
Eventos Indenizáveis Líquidos	<u>(171.343.509)</u>	<u>(161.571.741)</u>
Eventos Conhecidos ou Avisados	(171.455.472)	(160.513.765)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	111.963	(1.057.976)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	38.923.630	31.942.716
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	443.274	357.157
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da OPS	<u>9.079.898</u>	<u>7.056.952</u>
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	273.019	652.844
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	8.086.732	5.672.275
Outras Receitas Operacionais	720.147	731.833
Outras Despesas Operacionais com Planos de Assistência à Saúde	<u>(900.726)</u>	<u>(1.307.256)</u>
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(106.697)	(578.238)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(794.029)	(729.018)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. c/Planos de Saúde da OPS	(26.993.430)	(23.710.238)
RESULTADO BRUTO	20.552.646	14.339.332
Despesas Administrativas	(17.075.263)	(17.406.074)
Resultado Financeiro Líquido	<u>5.532.624</u>	<u>6.608.941</u>
Receitas Financeiras	6.290.451	7.595.957
Despesas Financeiras	(757.827)	(987.015)
Resultado Patrimonial	<u>682.278</u>	<u>284.651</u>
Receitas Patrimoniais	682.829	284.651
Despesas Patrimoniais	(551)	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	9.692.285	3.826.850
Imposto de Renda	(1.529.725)	-
Contribuição Social	(559.341)	-
RESULTADO LÍQUIDO	7.603.219	3.826.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
(Em Reais)

	Capital Social	Fundo de Reserva	Outras Reservas de Sobras	FATES	Reserva de Reavaliação	Reserva p/ Contingências	Sobras e (Perdas) Acumuladas	Total do Patrimônio
--	----------------	------------------	---------------------------	-------	------------------------	--------------------------	------------------------------	---------------------

Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.429.950	17.430.984	601.532	2.254.965	967.892	8.170.302	7.162.922	39.018.549
---	------------------	-------------------	----------------	------------------	----------------	------------------	------------------	-------------------

Destinação conf. A.G.O.:

Incorporação de Sobras p/Reserva	-	-	-	-		7.162.922	(7.162.922)	-
Incorporação de Juros ao Capital Social	291.594	-	-	-	-	-	-	291.594

Movimentação no Exercício:

Integralização Capital	53.616	-	-	-	-	-	-	53.616
Baixa de Capital	(13.404)	-	-	-	-	-	-	(13.404)
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	(24.488)	-	-	(24.488)

Resultado do Exercício:

Sobras Apuradas	-	-	-	-	-	-	3.826.850	3.826.850
-----------------	---	---	---	---	---	---	-----------	-----------

Destinações Legais e Estatutárias:

Fundo de Reserva – 10%	-	382.685	-	-	-	-	(382.685)	-
FATES – 5%	-		-	191.342	-	-	(191.342)	-
Provisão de Juros s/ Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(331.411)	(331.411)

Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.761.757	17.813.669	601.532	2.446.307	943.404	15.333.224	2.921.412	42.821.306
---	------------------	-------------------	----------------	------------------	----------------	-------------------	------------------	-------------------

Destinação conf. A.G.O.:

Incorporação de Sobras ao Capital Social	2.921.412	-	-	-	-	-	(2.921.412)	-
Incorporação de Juros ao Capital Social	331.411	-	-	-	-	-	-	331.411

Movimentação no Exercício:

Integralização Capital	127.337	-	-	-	-	-	-	127.337
Baixa de Capital	(13.404)	-	-	-	-	-	-	(13.404)
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	(24.489)	-	-	(24.489)
Utilização do FATES	-	-	-	(109.909)	-	-	-	(109.909)

Resultado do Exercício:

Sobras Apuradas	-	-	-	-	-	-	7.603.219	7.603.219
-----------------	---	---	---	---	---	---	-----------	-----------

Destinações Legais e Estatutárias:

Fundo de Reserva – 10%	-	760.322	-	-	-	-	(760.322)	-
FATES – 5%				380.161			(380.161)	-
Provisão de Juros s/ Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(735.421)	(735.421)

Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.128.513	18.573.991	601.532	2.716.559	918.915	15.333.224	5.727.314	50.000.050
---	------------------	-------------------	----------------	------------------	----------------	-------------------	------------------	-------------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais)

	2 0 1 7	2 0 1 6
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimentos de Planos de Saúde	281.404.822	255.005.117
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	322.573.893	70.835.977
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras	1.435.634	692.452
(+) Outros Recebimentos Operacionais	4.871.315	4.221.258
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Servs. Saúde	(229.819.428)	(217.011.268)
(-) Pagamentos de Pessoal	(8.113.339)	(7.071.540)
(-) Pagamentos de Pró-Labore	(798.514)	(785.985)
(-) Pagamentos de Serv. de Terceiros	(2.431.601)	(2.941.724)
(-) Pagamentos de Tributos	(18.846.358)	(17.980.213)
(-) Pagamentos de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(2.905.556)	(1.415.279)
(-) Pagamentos de Aluguel	(188.293)	(179.113)
(-) Pagamentos de Promoção/Publicidade	(639.525)	(518.709)
(-) Aplicações Financeiras	(325.145.686)	(72.471.928)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(15.454.145)	(12.430.143)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.943.219	(2.051.098)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Recebimentos de Venda de Ativo Imobilizado - Outros	107.500	-
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	96.214	82.500
(-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(343.299)	(347.523)
(-) Pagamentos de Aquisição de Participação em Outras Empresas	(64.166)	(6.000)
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	(96.343)	(218.531)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(300.094)	(489.554)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
(+) Recebimentos de Empréstimos/Financiamentos	1.000.000	-
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Financiamento	833	-
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento	(100.169)	(193.940)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	900.664	(193.940)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	6.543.789	(2.734.591)
Disponível - Saldo Inicial (*)	4.395.142	7.129.733
Disponível - Saldo Final (*)	10.938.931	4.395.142
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	6.543.789	(2.734.591)

(*) Estão correspondidos pelos saldos das contas de Caixa, Bancos Conta Depósito e Aplicações Liq. Imediata

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **Unimed Regional da Baixa Mogiana - Cooperativa de Trabalho Médico**, tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, para sua defesa econômica social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e aprimoramento dos serviços de assistência médica e hospitalar.

A Entidade é regida pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 que regulamenta o sistema cooperativista no País. A Sociedade conta com 324 (trezentos e vinte e quatro) Médicos Associados, Serviços de Medicina Preventiva, Serviço de Saúde Ocupacional, Serviços Credenciados (Hospital, Clínicas, Laboratórios) além de participar da rede de atendimento do Sistema Nacional Unimed.

NOTA 2 - PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A cooperativa atua na operação de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de Valor Determinado – Preço Preestabelecido e por Serviços Realmente Prestados – Preço Pós-Estabelecido, a serem atendidos pelos médicos associados e rede credenciada. Possui registro de seus produtos na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob número 31184-7.

NOTA 3 - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o Plano de Contas Padrão estabelecido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS através da Resolução Normativa – RN nº 418 de 26.12.2016, consoante às práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, bem como, da Lei Cooperativista nº 5.764/71 e das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às Entidades Cooperativas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde (NBC T 10.21), obedecendo ainda parcialmente, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2016, de forma a permitir a sua comparabilidade.

As informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa da Unimed Regional da Baixa Mogiana estão sendo apresentadas através de demonstração que indica os fluxos de caixa no período decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento, conforme estrutura padrão definida no anexo da RN nº 418/16 da ANS, consoante aos dispositivos estabelecidos no CPC 03 (R2) e NBC TG 03(R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovada pela Resolução CFC 1296/10.

A data da autorização para conclusão e elaboração das demonstrações contábeis ocorreu em 26/01/2018 e foi dada pela Diretoria Executiva da Cooperativa.

NOTA 4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Regime de Escrituração

A Cooperativa adota o regime de competência para o registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c) Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras detalhadas na nota explicativa nº 6, estão demonstradas ao custo de aplicação acrescidas dos rendimentos, líquidos de IRRF, auferidos até 31 de dezembro de 2017, seguindo a apropriação pró-rata das taxas contratadas.

d) Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Por não possuírem características de financiamento, são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, em contrapartida à: (i) conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os Planos Médico-Hospitalares e (ii) conta de resultado “receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora” no que se refere aos serviços médicos e hospitalares prestados a beneficiários de outras Operadoras de Planos Médico-Hospitalares. A Cooperativa constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com os parâmetros estabelecidos no Capítulo I do Anexo I – Normas Gerais (item 10.2.3) da RN nº 418/2016 da Agência Nacional de Saúde, conforme disposto a seguir:

- Nos planos individuais com preço preestabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito foi provisionada.

e) Estoques

Os estoques descritos na nota nº 9-a, compostos basicamente materiais de consumo (Almoxarifado), são demonstrados ao custo médio de aquisição, observados os procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 16, NBC TG 16 (R1) Resolução CPC 1170/09.

f) Investimentos

Os investimentos em outras sociedades estão avaliados pelo custo de aquisição, atualizados pelas incorporações e destinações conforme decisões de assembleias.

g) Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A Lei 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/96.

Os encargos de depreciação estão sendo apurados com base na vida útil estimada dos bens, não possuindo a Entidade qualquer evidência que requeira ajuste relevante para perda por conta de redução do valor de recuperação dos mencionados ativos, consoante às premissas contidas no pronunciamento técnico CPC 27 e NBC TG 27(R3) – Resolução CFC nº 1177/09.

h) Arrendamento Mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo em empréstimos e financiamentos, pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação.

i) Ativo Intangível

Representado por licenças e direito de uso de softwares destinados ao sistema operacional corporativo da Cooperativa, apresentados ao custo acumulado de aquisição/incorrido, deduzidos da amortização, calculada pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada, observado as premissas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) e NBC TG 04 (R3) – Resolução CFC nº 1303/10.

j) Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável consoante às premissas previstas no CPC 01 (R1) e NBC TG 01 (R3) – Resolução CFC nº 1292/10.

k) Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

As provisões técnicas aplicáveis à Operadora Unimed Regional da Baixada Mogiana, compreendendo: Provisão para Remissão, Provisão para Eventos a Liquidar-PESL e Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados-PEONA, foram apuradas de acordo com as disposições estabelecidas na Resolução Normativa-RN nº 393 de 09 de dezembro de 2015, da Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS e estão detalhadas na nota explicativa nº 14.

l) Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Entidade possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

m) Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados tendo como base no CPC nº 25 e NBC TG 25 (R1) – Resolução CFC nº 1180/09:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com possibilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa (quando aplicável).

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;

Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questiona a inconstitucionalidade e/ou a legalidade de tributos e obrigações definidas em contrato.

n) Apuração de resultado e reconhecimento dos ingressos

Os ingressos são apurados pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. As Contraprestações Efetivas são apropriadas ao resultado considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratarem de contratos com preços preestabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência a saúde, a apropriação ao resultado é realizada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores dos ingressos (receitas), de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

o) Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor dos relatórios de produção dos cooperados e das faturas apresentadas pela rede credenciada e UnimedS por intermédio do Intercâmbio. Como parte dos eventos não são apresentados dentro do período da sua competência (atendimento), os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados e a partir do exercício de 2012 realizada com base em Nota Técnica Atuarial aprovada, conforme parâmetros estabelecidos na Resolução Normativa-RN nº 393 da Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS.

p) Normas Internacionais de Contabilidade

A Unimed Regional da Baixada Mogiana vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 11 de Seguros e da ICPC-10 do Imobilizado, as quais não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de saúde.

As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis às demonstrações contábeis da Operadora no que não contrariarem a Resolução Normativa RN-ANS nº 418/2016, na qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando-se regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

NOTA 5- DISPONÍVEL

Está representado por:

Descrição	2 0 1 7	2 0 1 6
Caixa	2.886	4.290
Banco Conta Depósitos (a)	9.964.327	4.390.852
Aplicação Liquidez Imediata	971.718	-
TOTAL	10.938.931	4.395.142

(a) Composto por valores em conta corrente junto às seguintes instituições:

Instituição Financeira	2 0 1 7	2 0 1 6
Banco Itaú Unibanco S/A	685	199.717
Banco Santander Brasil S/A	1.398.687	907.812
Siccob – Sistema de Coop. de Crédito do Brasil	4.986	-
Sicredi Reg. da Baixa Mogiana	8.559.969	3.283.323
TOTAL	9.964.327	4.390.852

NOTA 6 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Segregadas entre Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas (representadas por quotas em Fundos de Investimentos dedicados ao setor de saúde suplementar em instituições financeiras administradoras conveniadas pela ANS) e Aplicações Livres (representadas basicamente por quotas em Fundos de Renda Fixa e Certificados de Depósitos Bancários), consoante às premissas previstas na RN-ANS nº 419/2016, estão constituídas da seguinte forma:

INSTITUIÇÃO	MODALIDADE	2 0 1 7	2 0 1 6
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		24.230.467	21.799.731
Sicredi	Soberano Saúde – FI RF LP ANS	7.483.097	6.957.437
Banco Itaú S/A	Itaú Unimed Renda Fixa FI	6.479.219	4.002.647
Santander	FI Ans II Renda Fixa Credito Privado	6.048.233	10.709.470
Sicredi	Sicredinvest Flex-CDI	-	130.176
Bancoob	Bancoob FI ANS RF CP	4.219.918	-
Aplicações Livres		29.121.296	25.821.335
Sicredi	Sicredinvest Flex –CDI	11.699.662	19.629.818
Banco Itaú S/A	Compromissada DI	2.875.391	4.616.558
Banco Santander	Compromissadas AMRO15/STMA1	6.374.812	-
Banco Santander	CDB POS	5.551.254	-
Sicredi	Sicredinvest Exclusivo – CDI	1.617.581	1.574.958
Bancoob	RDC – Longo CDI 120	1.002.596	-
TOTAL DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS		53.351.763	47.621.065

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e época da aplicação.

NOTA 7 - CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSIST. À SAÚDE

São compostos por:

Descrição	2 0 1 7	2 0 1 6
<u>Contraprestações Pecuniárias a Receber</u>	<u>8.928.360</u>	<u>8.372.323</u>
Faturas a Receber	9.175.129	8.792.772
Mensalidades a Receber	5.774.694	4.812.977
(-) Provisão p/ Perdas sobre Créditos	(6.021.463)	(5.233.426)
<u>Participação dos Beneficiários</u>	<u>420.824</u>	<u>401.476</u>
Participação dos Beneficiários	449.103	404.087
(-) Provisão p/ Perdas sobre Créditos	(28.279)	(2.611)
<u>Operadoras de Saúde de Assist. Médico-Hospitalar</u>	<u>21.031</u>	<u>5.258</u>
Contraprestação de Corresponsabilidade Assumida	7.665	9.318
Ressarcimentos de Eventos em Corresponsabilidade	13.366	-
(-) Provisão p/ Perdas sobre Créditos	-	(4.060)
TOTAL	9.370.215	8.779.057

NOTA 8 - CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Composição:

Descrição	2 0 1 7	2 0 1 6
Contas a Receber de Prest. Serviços Médicos – Hospitalares	10.707	4.358
Intercâmbio a Receber – Atendimento Eventual	5.394.654	5.770.665
Intercâmbio Eventual – Faturamento Posterior	4.040.456	3.889.963
(-) Provisão p/ Perdas sobre Créditos	(951.286)	(993.758)
TOTAL	8.494.531	8.671.227

NOTA 9 – BENS E TÍTULOS A RECEBER

Descrição		2 0 1 7	2 0 1 6
Estoque	(a)	73.429	69.800
Títulos a Receber	(b)	93.884	54.630
Outros Créditos a Receber	(c)	1.399.049	2.534.004
TOTAL		1.566.362	2.658.434

(a) Estoques – Composto por itens do almoxarifado

(b) Títulos a Receber - Composição:

Descrição	2 0 1 7	2 0 1 6
<i>Cheques a Depositar</i>	93.883	27.774
<i>Cheques em Cobrança Jurídica</i>	26.856	26.856
<i>Outros Títulos à Receber (b.1)</i>	2.454.536	2.454.536
<i>(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos</i>	(2.481.391)	(2.454.536)
TOTAL	93.884	54.630

(b.1) Refere-se a instrumento de cessão de crédito firmado entre a FESP – Federação das Unimed's do Estado de São Paulo e a Unimed Regional da Baixa Mogiana correspondente a saldo a receber de créditos inadimplentes junto à Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu por conta da prestação de serviços de assistência à saúde, sobre o qual encontra-se constituída provisão para cobertura de eventuais perdas sobre o total do crédito envolvido.

(c) Outros Créditos a Receber:

Descrição	2 0 1 7		2 0 1 6
<i>Adiantamento a Funcionários</i>	58.496		54.081
<i>Adiantamentos Diversos</i>	683.526	(c.1)	1.942.235
<i>Outros Crédito ou Bens a Receber</i>	657.027	(c.2)	537.688
TOTAL	1.399.049		2.534.004

(c.1) Composto basicamente por adiantamentos à Recursos Credenciados descritos a seguir :

Descrição	2 0 1 7		2 0 1 6
<i>Santa Casa de Misericórdia Mogi Guaçu</i>	625.026		1.928.304
<i>Outros Prestadores de Assistência a Saúde</i>	58.500		13.931
	683.526		1.942.235

(c.2) Correspondem a valores adiantados para garantia de execução contratual atualizado conforme contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu.

NOTA 10 - DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Representado por:

Descrição		2 0 1 7	2 0 1 6
Depósitos Judiciais – ISSQN Mogi Mirim	(a)	6.140.986	5.749.574
Depósitos Judiciais – ISSQN Itapira	(b)	2.839.322	1.544.567
Depósitos Judiciais – Autuações do CADE	(c)	189.837	189.837
Depósitos Judiciais – Cíveis	(d)	865.310	691.110
Outros Depósitos	(e)	287.534	292.091
Depósitos Judiciais – ISSQN Mogi Guaçu	(f)	2.880.774	1.333.239
Depósitos Judiciais – ISSQN Estiva Gerbi	(g)	209.425	69.546
TOTAL		13.413.189	9.869.964

(a) Refere-se a saldo de depósitos judiciais realizados em face à garantia da ação declaratória com pedido de tutela antecipada objetivando afastar a obrigatoriedade de recolher o ISS sobre os atos Cooperativos ao Município de Mogi Mirim do período de 02/2006 a 08/2010. Os depósitos encontram-se atualizados monetariamente até 31/12/2017;

- (b) Refere-se a saldo de depósitos judiciais realizados durante o exercício, em face da garantia da ação declaratória com pedido de tutela antecipada, objetivando afastar a obrigatoriedade de recolher o ISS sobre os atos Cooperativos ao Município de Itapira do período de 05/2015 a 12/2017. Os depósitos encontram-se atualizados monetariamente até 31/12/2017;
- (c) Depósitos judiciais interpostos por bloqueio judicial do Banco Santander inicialmente como garantia aos processos movidos pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômico – CADE. Em 2014 foi encerrado o processo, mediante o pagamento de R\$ 105.019, sendo transferido o saldo remanescente dos depósitos para a conta bancária da executada, restando o respectivo valor no aguardo do desbloqueio em conta corrente bancária;
- (d) Correspondido por depósitos para cobertura de ações movidas por beneficiários de planos de saúde;
- (e) Corresponde a depósito ao INSS no valor de R\$ 19.000, depósito judicial para garantia de compra de Imóvel em leilão na ordem de R\$ 180.000, depósito ANS R\$ 84.334 e depósito trabalhista de R\$ 4.200;
- (f) Refere-se a saldo de depósitos judiciais realizados durante o exercício, em face da garantia da ação declaratória com pedido de tutela antecipada, objetivando afastar a obrigatoriedade de recolher o ISS sobre os atos Cooperativos ao Município de Mogi Guaçu do período de 12/2015 a 12/2017. Os depósitos encontram-se atualizados monetariamente até 31/12/2017;
- (g) Refere-se a saldo de depósitos judiciais realizados durante o exercício, em face da garantia da ação declaratória com pedido de tutela antecipada, objetivando afastar a obrigatoriedade de recolher o ISS sobre os atos Cooperativos ao Município de Estiva Gerbi do período de 05/2016 a 12/2017. Os depósitos encontram-se atualizados monetariamente até 31/12/2017.

NOTA 11 – INVESTIMENTOS

	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017
Participações Societárias – Operadoras de Planos de Assist. à Saúde				
Central Nacional Unimed	332.591			332.591
Unimed Centro Paulista – Federação	314.574	390.999	-	705.573
Federação das Unimeds do Estado de São Paulo	925.066	-	-	925.066
	1.572.231	390.999	-	1.963.231
Outros Investimentos				
Sicredi Reg. Baixa Mogiana -	139.001	74.082	-	213.083
Sicoob – Sist. Coop. Créd. do Brasil	-	3.600	-	3.600
Unimed Participações S/C Ltda.	1.775.574	240.817	-	2.016.391
Unimed Seguradora S.A.	25.883	6.297	-	32.179
	1.940.457	324.796	-	2.265.253
TOTAL	3.512.689	715.795	-	4.228.483

NOTA 12 – IMOBILIZADO

A movimentação das contas do imobilizado durante o exercício de 2017 foi a seguinte:

	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017
CUSTO ACUMULADO					
Imóveis de Uso Próprio - Não Hospitalares					
Terrenos e Edificações	4.183.786	-	(94.247)	-	4.089.539
Bens Móveis - Hospitalares					
Móveis e Utensílios	125.381	-	-	-	125.381
Bens Móveis - Não Hospitalares					
Móveis e Utensílios	623.124	10.145	(14.248)	-	619.021
Maquinários e Equipamentos	35.975	-	-	-	35.975
Equipamentos de Informática	1.029.359	237.246	(1.738)	-	1.264.867
Veículos	477.064	-	-	-	477.064
Instalações	298.625	-	-	-	298.625
Imobilizações em curso					
Imóveis em Construção	34.145	1.194.858	(4.500)	-	1.224.503
Outras Imobilizações - Não Hospitalares					
Benfeitorias em Imóveis Terceiros	174.328	-	-	-	174.328
	6.981.787	1.442.249	(114.733)	-	8.309.303
(-) DEPRECIAÇÃO / AMORTIZAÇÃO ACUMULADA					
Imóveis de Uso Próprio - Não Hosp.					
Edificações	Tx Depreciação: 2,5% a 4% a.a. (556.490)	(55.757)	-	767	(611.479)
Bens Móveis - Hospitalares					
Móveis e Utensílios	10% a.a. (33.395)	(11.691)	-	-	(45.085)
Bens Móveis - Não Hospitalares					
Móveis e Utensílios	10% a.a. (388.701)	(39.066)	13.795	-	(413.972)
Maquinários e Equipamentos	10% a.a. (29.684)	(1.075)	-	-	(30.759)
Equipamentos de Informática	20% a.a. (790.654)	(139.659)	1.187	-	(929.125)
Veículos	20% a.a. (422.035)	(19.737)	-	-	(441.772)
Instalações	10% a.a. (163.397)	(29.861)	-	-	(193.258)
Benfeitorias em Imóveis Terceiros	4% a.a. (45.705)	(6.205)	-	(767)	(52.677)
	(2.430.061)	(303.051)	14.982	-	(2.718.127)
Imobilizado Líquido	4.551.726	1.139.198	(99.750)	-	5.591.175

NOTA 13 – INTANGÍVEL

A movimentação das contas do Ativo Intangível no exercício de 2017 foi a seguinte:

	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas/ Transferência	Saldos em 31/12/2017
Custo Acumulado				
Softwares e Aplicativos	380.618	45.243	-	425.862
Amortização Acumulada				
Softwares e Aplicativos	(335.787)	(15.721)	-	(351.508)
Intangível Líquido	44.832	29.522	-	74.353

NOTA 14 – PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSIST.À SAÚDE

Composição:

Descrição		2 0 1 7	2 0 1 6
Provisão para Remissão – Passivo Circulante	(a)	117.295	69.606
Provisão para Eventos a Liquidar para o SUS	(b)	1.831.633	1.942.698
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prest.Servs.Assist.	(c)	13.187.360	13.191.084
Provisão p/ Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA	(d)	6.380.694	6.492.657
Subtotal		21.516.982	21.696.045
Provisão para Remissão – Passivo Não Circulante	(a)	221.066	71.081
T O T A L		21.738.048	21.767.124

- (a) Provisão constituída sobre planos que possuem cláusula de remissão, destinada à cobertura de assistência médico-hospitalar aos dependentes em caso de falecimento do usuário titular, apurada de acordo com metodologia própria aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS;

Atuária Responsável: Magali Rodrigues Zeller – MIBA nº 0687

AT Service Engenharia e Consultoria Atuarial Ltda. CIBA nº 080

- (b) Provisão constituída para fazer frente às despesas assistenciais de usuários da Unimed Regional da Baixa Mogiana por conta de atendimentos na rede do Sistema Único de Saúde, cujo valor apurado tem como base as cobranças através de GRU's e as ABI's emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS;.

- (c) Provisão destinada à cobertura dos eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda pendentes de pagamento com base nas faturas apresentadas pelos prestadores de serviços médico-hospitalares, bem como, na comunicação por parte dos respectivos prestadores quando da ocorrência da despesa médica, composta da seguinte forma:

Descrição	2 0 1 7	2 0 1 6
Produção Cooperados	4.156.895	3.909.945
Hospitais	5.198.325	5.293.297
Clínicas	1.357.595	1.117.448
Laboratórios	854.006	770.733
Intercâmbio a Pagar	522.789	583.483
Fornecedores - O.P.M.E.	1.097.750	1.516.178
T O T A L	13.187.360	13.191.084

- (d) Provisão constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução Normativa-RN nº 393/2015, expedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, destinada a fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente, apurada com base em metodologia contida em Nota Técnica Atuarial, aprovada através do Ofício nº 1720/2015/GGAME(COATU)DIOPE/ANS datado de 23.09.2015 expedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, correspondendo em 31 de dezembro de 2017 à totalidade da provisão exigida, conforme regras previstas no mencionado dispositivo normativo.

Atuária Responsável: Sra. Magali Rodrigues Zeller – MIBA nº0687

AT Service Engenharia e Consultoria Atuarial Ltda. CIBA nº 080

NOTA 15 – DÉBITOS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

São compostos por valores a pagar a prestadores de serviços de assistência médico-hospitalar por conta de atendimentos a beneficiários de outras operadoras Unimed's na modalidade de Intercâmbio Eventual, assim descritos:

Descrição	2 0 1 7	2 0 1 6
Clínicas	405.162	325.711
Hospitais	3.524.492	3.185.899
Laboratórios	276.398	234.560
Médicos Cooperados	1.598.678	1.481.048
TOTAL	5.804.730	5.227.218

NOTA 16 – PROVISÕES

Descrição		2 0 1 7	2 0 1 6
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(a)	2.089.064	-
Provisão para Imposto de Renda – IRPJ		1.529.724	-
Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL		559.341	-
Provisões para Ações Judiciais		-	70.000
Provisões para Ações Cíveis		-	70.000
TOTAL		2.089.064	70.000

(a) Provisão constituída sobre resultados tributáveis de operações classificadas na condição de Atos Não Cooperativos.

NOTA 17 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Composição:

Descrição		2 0 1 7	2 0 1 6
Passivo Circulante			
Tributos e Contribuições a Recolher		499.369	406.014
Retenções de Impostos e Contribuições		1.742.324	1.613.536
<u>Parcelamento de Tributos e Contribuições a Recolher</u>		<u>993.884</u>	<u>540.872</u>
<i>Imposto de Renda</i>	(a)	289.410	-
<i>Contribuição Social sobre o Lucro Líquido- CSSL</i>	(a)	163.602	-
<i>Imposto sobre Serviços - ISSQN MG - Dação Serviços</i>	(b)	540.872	540.872
Subtotal – Passivo Circulante		3.235.577	2.560.422
Passivo Não Circulante			
<u>Parcelamento de Tributos e Contribuições a Recolher</u>			
Imposto de Renda	(a)	3.207.627	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido- CSSL	(a)	1.813.260	-
Subtotal – Passivo Não Circulante		5.020.887	-
TOTAL GERAL		8.256.464	2.560.422

- (a) Parcelamento correspondente ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, correspondentes aos exercícios de 2013 a 2016, apurados sobre resultados de operações classificadas como Atos Não Cooperativos, objeto de adesão ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), em 150 meses, restando o recolhimento de 145 parcelas, que a Cooperativa aguarda consolidação da dívida pela Receita Federal do Brasil.
- (b) Imposto Sobre Serviços (ISSQN) incidente sobre as operações da Cooperativa, relativos ao período de 2003 a 2008, reconhecidos e consolidados junto ao fisco municipal em 2011. Durante o exercício foram quitados os valores em parcelamento, enquanto a Unimed aguarda análise da Prefeitura do Município de Mogi Guaçu em relação à dação de serviços já realizados pela Operadora, em abatimento do valor da dívida, conforme permitido pela Lei Municipal 4.620, de 02 de setembro de 2010.

NOTA 18 – DÉBITOS DIVERSOS

Descrição	2 0 1 7	2 0 1 6
Obrigações com Pessoal	678.501	580.616
Fornecedores	447.918	296.990
Depósito de Terceiros	29.698	19.719
Outros Débitos	959.571	564.117
T O T A L	2.115.689	1.461.442

NOTA 19 – PROVISÕES DE AÇÕES JUDICIAIS – LONGO PRAZO

Descrição		2 0 1 7	2 0 1 6
ISSQN Mogi Mirim- Ação Declaratória	(a)	6.140.986	5.749.574
IRPJ e CSLL - 2013 a 2016	(b)	-	5.325.373
ISSQN Itapira – Ação Declaratória	(c)	2.947.435	1.634.484
ISSQN Mogi Mirim-Ação Declaratória	(d)	3.269.927	2.023.953
ISSQN-Mogi Guaçu-Ação Declaratória	(e)	3.001.710	1.449.497
ISSQN-Estiva Gerbi-Ação Declaratória	(f)	220.798	79.810
Provisão para Ações Cíveis	(g)	1.335.178	-
Provisão para Multas Administrativas – ANS		33.369	-
T O T A L		16.949.403	16.262.691

- (a) Refere-se a saldo remanescente de provisão constituída sobre lançamentos fiscais realizados pela Prefeitura Municipal de Mogi-Mirim, representado por ação declaratória visando a incidência do tributo municipal (ISSQN) sobre as operações da Cooperativa compreendendo o período 02/2006 a 08/2010, cujos valores são objeto de contestação judicial;
- (b) Provisão de tributos baixada em face do reconhecimento da respectiva exigibilidade mediante adesão ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), compreendendo o período de 2013 a 2016 (vide nota nº 17-a);
- (c) Refere-se a valores representados por ação declaratória visando a não incidência do tributo municipal (ISSQN) – Prefeitura Municipal de Itapira sobre as operações da Cooperativa compreendendo o período de 05/2015 a 12/2017, objeto de contestação judicial;
- (d) Refere-se a valores representados por ação declaratória visando a não incidência do tributo municipal (ISSQN) – Prefeitura Municipal de Mogi Mirim sobre as operações da Cooperativa compreendendo o período de 12/2014 a 12/2017, objeto de contestação judicial;

- (e) Refere-se a valores representados por ação declaratória visando a não incidência do tributo municipal (ISSQN) – Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu sobre as operações da Cooperativa compreendendo o período de 12/2015 a 12/2017, objeto de contestação judicial;
- (f) Refere-se a valores representados por ação declaratória visando a não incidência do tributo municipal (ISSQN) – Prefeitura Municipal de Estiva Gerbi sobre as operações da Cooperativa compreendendo o período de 05/2016 a 12/2017, objeto de contestação judicial.
- (g) Tratam-se de provisões conservadoramente constituídas, sobre processos judiciais em ações cíveis diversas, destacando aquelas que objetivam o custeio de procedimentos e tratamentos não cobertos pelos planos de saúde comercializados e recebimentos de indenizações, anulação de reajustes, dentre outros, para as quais nossa assessoria jurídica considera como prováveis as chances de perdas nas respectivas ações. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao seu desfecho e prazo.

NOTA 20 – OUTRAS CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Encontram-se em andamento contra a Cooperativa, várias ações de natureza cível que visam recebimento de indenização por danos materiais e morais por negativa de atendimento não coberto contratualmente, obrigação de fazer, restituição de valores de despesas médico-hospitalares, anulação de cláusula contratual, ação popular, dentre outras, cujos valores atribuídos às causas somam o montante de **R\$ 15.371.851** (R\$ 23.463.538 em 2016), sobre as quais nossos Assessores Jurídicos classificam como **possíveis** os riscos de perdas por parte da Cooperativa nas respectivas demandas.

Respalhada pela opinião de nossos assessores jurídicos e, tendo em vista a fase em que se encontram os respectivos processos, a Administração decidiu no momento por não constituir provisão sobre os valores envolvidos, haja vista que os valores atribuídos às causas não são considerados líquidos e certos, uma vez que pela natureza dos processos, eventuais ônus à Cooperativa nos processos, caso aplicável, somente serão mensurados pelo juízo em caso de sentenças desfavoráveis e definitivas.

NOTA 21 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social Integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de **R\$ 6.128.513** (Seis milhões, cento e vinte e oito mil, quinhentos e treze reais), composto de quotas-partes indivisíveis, podendo ser transferidas entre cooperados mediante aprovação da Assembleia Geral. Conforme artigo 51 inciso “c” do Estatuto Social da Cooperativa, na ocorrência de sobras, será deduzido o montante igual a taxa de 12% sobre o capital integralizado, em forma de juros.

No exercício de 2017 a movimentação de cooperados foi a seguinte:

Posição em 31/12/2016	Admissões	Exclusões	Posição em 31/12/2017
307	19	(02)	324

NOTA 22 – RESERVAS DE SOBRAS

Estatutariamente e de acordo com a Lei Cooperativista nº 5.764/71, são previstas as seguintes destinações:

Fundo de Reserva - 10% (dez por cento) das sobras do exercício, que de 2017 está representado pelo valor de **R\$ 760.322** (Setecentos e sessenta mil, trezentos e vinte e dois reais), que somadas às destinações e incorporações ocorridas em exercícios anteriores, perfaz o saldo acumulado em 31 de dezembro de 2017 no montante de **R\$ 18.573.991** (Dezoito milhões, quinhentos e setenta e três mil, novecentos e noventa e um reais), destinados a reparar eventuais perdas de qualquer natureza.

FATES - Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social: 5% (cinco por cento) das sobras do exercício, que em 2017 está representado pelo valor de **R\$ 380.161** (Trezentos e oitenta mil, cento e sessenta e um reais), perfazendo o saldo acumulado em 31 de dezembro de 2017 no montante de **R\$ 2.716.559** (Dois milhões, setecentos e dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e nove reais), destinado a prestar assistência aos cooperados.

Outras Reservas de Sobras – Está representada pelo valor de **R\$ 601.532** (Seiscentos e um mil, quinhentos e trinta e dois reais), referente à transferência do saldo da correção monetária do balanço, nos termos da Resolução CNC nº 27, a qual é indivisível para fins de distribuição.

Reserva de Reavaliação – Decorrente de reavaliações dos Imóveis e Terrenos realizadas em 2006 e 2007, totalizando em 31.12.2017 o saldo remanescente de **R\$ 918.915** (Novecentos e dezoito mil, novecentos e quinze reais).

Reserva para Contingências – Reserva constituída conforme deliberação das Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 2013 e 2017, destinada a fazer face a eventuais contenciosos de natureza tributária que possam incorrer contra a Cooperativa, totalizando em 31 de dezembro de 2017 o saldo acumulado de **R\$ 15.333.224** (Quinze milhões, trezentos e trinta e três mil, duzentos e vinte e quatro reais).

NOTA 23 – RESULTADO

Sobras Líquidas no montante de **R\$ 5.727.314** (Cinco milhões, setecentos e vinte e sete mil, trezentos e quatorze reais), para deliberação por parte da Assembleia Geral Ordinária.

NOTA 24 – SEGUROS

Os imóveis que possuem seguros contratados, estão representados por:

Seguradora	Local	Valor de Cobertura	Vigência
Unimed Seguros	Av. Mogi Mirim nº 2679	R\$ 400.000	16/07/2017 a 16/07/2018
Unimed Seguros	Rua Domingos Sinico nº 200	R\$ 500.000	08/04/2017 a 08/04/2018
Unimed Seguros	Av. Mogi Mirim nº 2679	R\$ 480.000	29/07/2017 a 29/07/2018
Unimed Seguros	Rua Domingos Sinico nº 201	R\$ 159.900	07/05/2017 a 07/05/2018
Unimed Seguros	Rua Rui Barbosa nº 688	R\$ 50.000	10/04/2017 a 10/04/2018

NOTA 25 - EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

Em conformidade ao Ofício Circular nº 01/2013/DIOPE/ANS de 01.11.2013 da Diretoria de Normas e Habilitação de Operadoras da Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS, apresentamos a seguir, as informações dos eventos indenizáveis dos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/98, com cobertura médico-hospitalar na modalidade de preço preestabelecido (pré-pagamento):

COBERTURA ASSISTENCIAL PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO 2017							
COBERTURA ASSISTENCIAL - PRÉ PAGAMENTO - INDIVIDUAL OU FAMILIAR REGULAMENTADO							
	CONSULTA MÉDICA	EXAMES	TERAPIAS	INTERNACOES	OUTROS ATENDIMENTOS	DEMAIS DESPESAS	TOTAL
REDE PRÓPRIA	4.181.796	1.685.566	932.920	1.764.579	651.157	-	9.216.019
REDE CONTRATADA	554.634	3.319.841	1.845.492	6.652.468	973.944	-	13.346.378
INTERCÂMBIO EVENTUAL	119.689	217.446	40.997	1.301.574	263.273	-	1.942.980
REEMBOLSO			-	-	-	1.364.171	1.364.171
OUTRAS FORMAS PGTO	-	-	-	-	-	168.176	168.176
TOTAL	4.856.119	5.222.853	2.819.409	9.718.621	1.888.374	1.532.347	26.037.725

Dr. Raji Rezek Ajub
RG nº 3.704.935
Diretor Presidente

João Batista Cezarino
CRC 191.409/O-1
Contador

Dr. Luis Gustavo Carpi
Diretor Vice-Presidente

Dr. Carlos Eduardo de Carvalho
Diretor Superintendente

Dr. Dilvo Ferreira Lopes
Diretor Secretário

Gustavo Dal Bão Filho
Diretor Adm. Financeiro

Parecer Atuarial para Assinatura de Balanço

Mogi das Cruzes, 26 de janeiro de 2018.

Aos

Administradores e Cooperados da Unimed Regional da Baixa Mogiana.

Na qualidade de atuária responsável pela Unimed Regional da Baixa Mogiana Cooperativa de Trabalho Médico, registrada na ANS sob o nº 31.184-7, observando o disposto no Item 6.3.10 do Anexo 1 da Resolução Normativa nº322 de 27/03/2013. Apresentamos parecer sobre as provisões técnicas constituídas com base em Nota Técnica Atuarial de Provisão – NTAP aprovada pela ANS, considerando a data base de 31/12/2017:

Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA: Calculada pela metodologia de avaliação dos fatores de crescimento por triângulo de Run-Off, constante da Nota Técnica Atuarial aprovada pela ANS em 23/09/2015, por meio do ofício nº 1720/2015/GGAME(COATU)/DIOPE/ANS.

Provisão para Remissão: Calculada pela metodologia de Repartição de Capital de Cobertura, conforme previsto na Nota Técnica Atuarial aprovada pela ANS em 26/06/2006, por meio do ofício nº 2103/2006/DIR.ADJ.(GEAOP)/DIOPE/ANS/MS.

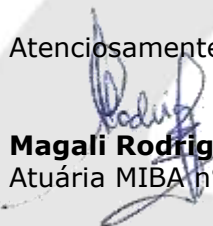
Aplicamos a metodologia prevista em nota técnica para cálculo das provisões acima especificadas, de acordo com as normas, princípios e os padrões exigidos pela Ciência Atuarial, e estimamos os seguintes valores:

PROVISÕES TÉCNICAS PREVISTAS EM NTAP	VALOR EXIGIDO (R\$)
PEONA	6.380.694,04
REMISSÃO – PROVISÃO DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	338.360,52
CURTO PRAZO	117.294,80
LONGO PRAZO	221.065,72

Verificamos que o valor contabilizado para a Provisão para Remissão e para a Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA são suficientes para cobrir o valor total calculado.

Ressaltamos que a responsabilidade da atuária que assina este parecer está limitada à Provisão para Remissão e à Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados-PEONA, constituídas por metodologia atuarial em nota técnica com a base de dados disponibilizada e de responsabilidade da Operadora.

Atenciosamente,


Magali Rodrigues Zeller
Atuária MIBA nº 687

Rua: Princesa Isabel de Bragança, 235, cj. 1307

CEP 08710-460 - Mogi das Cruzes - SP - Brasil

tel. 55 11 4798 2562 - fax. 55 11 4726 5901

www.atservice.com.br | atuarial@atservice.com.br

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da **Unimed Regional da Baixa Mogiana - Cooperativa de Trabalho Médico**, no exercício de nossas atividades legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Sobras e Perdas do Exercício, a Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Fluxo de Caixa, do **Exercício de 2017**, bem como os documentos e saldos figurantes, tendo apurado os Resultados abaixo relacionados:

- ✓ **Sobras operacionais no exercício de R\$ 5.727.314, (Cinco milhões, setecentos e vinte e sete mil, trezentos e catorze Reais);**

Constatamos tudo exato e em perfeita ordem e recomendamos a aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

Mogi Guaçu, 26 de Janeiro de 2018

Dr. André Frazão Rosa
Conselheiro

Dr.Cassiano Martelli
Conselheiro

Dr.Fernando Baldavira Hirano
Conselheiro Secretário

Dr.José Eduardo Chiarelli Bueno
Conselheiro

Dra Lais Christine P.Fernandes de Carvalho
Conselheira Coordenadora

Dr.Mozart Humberto C.Molinar
Conselheiro

